



Relatório e Contas 2023

EURISEGUROS - SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS
LDA.

RUA DA BOAVISTA N 600

4435-123 RIO TINTO

NIPC 505 328 607 * CS 5.000€

MCS

2



INDICE

INDICE.....	2
Relatório de Gestão	3
1. ATIVIDADE DESENVOLVIDA	3
2. RECURSOS HUMANOS	3
3. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA	3
4. DÍVIDAS EM MORA À SEGURANÇA SOCIAL E AO ESTADO	4
5. FACTOS DE RELEVO SUBSEQUENTES AO ENCERRAMENTO DAS CONTAS	4
6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	4
7. AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS	4
8. AGRADECIMENTOS.....	5
Contas do exercício de 2022	6

ML

RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração vem submeter à aprovação dos senhores acionistas o Relatório de Gestão e as Contas da empresa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1. ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Em 2023 a empresa manteve-se centrada na atividade que constitui o seu objeto social, designadamente a que se enquadra em atividades auxiliares de seguros e fundos de pensões. Com efeito, a Euriseguros continuou a construir o seu caminho, ajudando negócios e pessoas, explorando todo o seu potencial e abrindo o caminho para mercados até então inexplorados.

O enquadramento económico da nossa atividade tem sofrido alterações, mercê, fundamentalmente, do desenvolvimento recente dos modos de vida, e da forma como as organizações encaram o exercício da sua atividade económica.

Num ano influenciado pelo conflito da Rússia com a Ucrânia e ainda num período de recuperação, a nível mundial, no que à pandemia Covid-19 diz respeito, a Euriseguros prosseguiu os seus esforços na consolidação de marcas, trabalhando em parceria com os principais clientes de forma a garantir-lhe a satisfação integral das suas expectativas.

Em 2023 o volume de negócios da empresa cifrou-se 322.510,47€ o que representa um aumento de cerca de 4.17% relativamente ao período anterior.

2. RECURSOS HUMANOS

Em 2023, o número de pessoas ao serviço da empresa foi de 5.

3. PERSPETIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA

As perspetivas para o Ano de 2024 são de fortes reservas no que respeita à evolução do mercado segurador.

A nível mundial o efeito do conflito Rússia-Ucrânia apresenta fortes constrangimentos com os vários Países a retomarem a atividade económica a várias velocidades, fruto das dependências de matérias-primas ou mesmo transformadas.

No caso de Portugal, esta vertente tem forte impacto nas empresas, nomeadamente com redução de efetivos de mão de obra, regressão dos índices de produção e consequente diminuição da faturação, o que influi a atividade seguradora por diminuição do risco e diminuição dos prémios.

A guerra da Ucrânia é outra vertente de forte instabilidade, a produzir um aumento do custo de vida com forte interferência no corte do consumo em Portugal, e nas despesas não essenciais, nomeadamente nos seguros de carácter não obrigatório, fator ainda longe de se poder fazer uma previsão de resultados e potenciais quebras.

ms

Independentemente de toda uma vertente negativa, a carteira da Euriseguros tem uma forte componente assente no retalho, o que nos permite controlar as perdas pela dimensão e quantidade. Independentemente de toda uma vertente negativa a Euriseguros, Lda irá abrir um escritório em Viana do Castelo, que permitirá consolidar os resultados.

Esta aposta estratégica vai obrigar-nos a um aumento de capital social, imposto em alguns cadernos de encargos a concorrer.

A previsão para o Ano de 2022 é de crescimento, que não deverá ultrapassar os 2%

4. DÍVIDAS EM MORA À SEGURANÇA SOCIAL E AO ESTADO

A empresa não tem qualquer dívida em mora à Segurança Social, nem ao Estado ou qualquer outra entidade pública.

5. FACTOS DE RELEVO SUBSEQUENTES AO ENCERRAMENTO DAS CONTAS

Desde 31 de dezembro de 2023 até esta data não se verificou a ocorrência de qualquer facto de relevo que mereça ser sublinhado, com impactos sobre as contas do exercício.

Apesar disso, é um facto que a guerra na Ucrânia e no médio oriente terá efeitos económicos significativos nas empresas devido a restrições globais na produção, no comércio e no consumo, cuja duração e impacto não podem ser previstos nesta fase.

Neste contexto de crise, é nossa convicção que existem riscos relativos à nossa atividade. Porém, dado o setor de atividade em que nos inserimos, entendemos que não se geram incertezas materiais sobre a continuidade das nossas operações. Por outro lado, ainda que a crise atual, ou os seus efeitos, se prolonguem por mais de doze meses, a situação financeira da empresa e os apoios do Estado já anunciados permitir-lhe-ão manter-se em atividade.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A conta de Resultados Líquidos apresentava em 31 de dezembro de 2023 um saldo de 83.682,64€. Propomos a seguinte aplicação:

- Resultados transitados: 83.682,64€;

7. AUTORIZAÇÕES CONCEDIDAS

Não existiram autorizações concedidas para contratos celebrados entre a sociedade e os seus administradores que devam ser divulgadas nos termos do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

8. AGRADECIMENTOS

A administração agradece a todas as entidades com quem se relacionou toda a confiança demonstrada, nomeadamente aos Bancos, Fornecedores e outras instituições públicas e privadas.

Finalmente, o nosso sentido agradecimento e devido a todos os nossos clientes e colaboradores.

Rio Tinto, 31 de Março 2024

A GERÊNCIA

Maria de Lurdes Imoleira & S. Lda

mls.

6



Relatório e Contas 2023

CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2023

ML

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Relatório e Contas 2023

(Montantes expressos em Euros)

Rubricas	NOTAS	31/12/2023 (1)	31/12/2022 (2)	Variação % (1)-(2)
ATIVO:				
Ativo não corrente:				
Ativos fixos tangíveis	4	153 155,66	100 473,43	52,43%
Investimentos financeiros	6	1 897,99	1 741,21	9,00%
		155 053,65	102 214,64	51,69%
Ativo corrente:				
Clientes	9	7 201,96	28 747,19	-74,95%
Estado e outros entes públicos	10	12 933,60	4 705,73	174,85%
Outros ativos correntes	9	36 895,30	4 878,06	656,35%
Diferimentos	11	9 591,43	2 524,64	279,91%
Caixa e depósitos bancários	12	267 201,08	193 775,62	37,89%
		333 823,37	234 631,24	42,28%
Total do Ativo		488 877,02	336 845,88	45,13%
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital Social	13	5 000,00	5 000,00	-
Reservas Legais	13	6 903,25	6 903,25	-
Outras Reservas	13	20 716,94	20 716,94	-
Resultados Transitados	13	198 173,40	138 445,42	43,14%
Outras Variações de Capital Próprio	13	65 000,00	65 000,00	0%
Resultado líquido do período		83 682,64	59 728,96	40,10%
Total dos Capitais Próprios		379 476,23	296 794,57	28,29%
PASSIVO:				
Passivo não corrente:				
Financiamentos obtidos	14	46 332,33	4 786,46	867,99%
Outras Contas a Pagar	14	25 782,86	11 501,67	124,17%
		72 115,19	16 288,13	342,75%
Passivo corrente:				
Fornecedores	9	5 705,41	2 424,13	135,36%
Estado e outros entes públicos	10	31 580,19	22 339,05	41,37%
Outros passivos correntes	9			-
		37 285,60	24 763,18	50,57%
Total do Passivo		109 400,79	41 051,31	166,50%
Total dos Capitais Próprios e do Passivo		488 877,02	336 845,88	45,13%

1000 Hui
1041049

MS 8

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Montantes expressos em Euros)

Rendimentos e Gastos	NOTAS	31/12/2023 (1)	31/12/2022 (1)	Variação % (1)-(2)
Vendas e serviços prestados	15	322 510,47	309 592,41	4,17%
Subsídios à exploração		1 474,40	5 897,61	-75,00%
Fornecimentos e serviços externos	16	(87 052,48)	(75 611,80)	15,13%
Gastos com o pessoal	17	(123 376,94)	(118 859,32)	3,80%
Aumentos/reduções de justo valor				-
Outros rendimentos	18	34 784,91	2 568,71	1254,18%
Outros gastos	19	(11 133,93)	(8 254,21)	34,89%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		137 206,43	115 333,40	18,97%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4 e 5	(24 529,32)	(34 598,19)	-29,10%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		112 677,11	80 735,21	39,56%
Juros e rendimentos similares obtidos				-
Juros e gastos similares suportados	20	(527,63)	(998,70)	-47,17%
Resultado antes de impostos		112 149,48	79 736,51	40,65%
Imposto sobre o rendimento do período	21	(28 466,84)	(20 007,55)	42,28%
Resultado líquido do período		83 682,64	59 728,96	40,10%

1005 H/L
CCU/091

msm

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Montantes expressos em Euros)

Relatório e Contas 2023

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE E PERÍODO DE RELATO

A EURISEGUROS - SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS LDA., é uma sociedade anónima com n.º de contribuinte 505 328 607, tem sede social na Rua da Boavista, n.º 600 4435-123 Rio Tinto, foi constituída em 25/07/2001, tendo como atividade principal atividades auxiliares de seguros e fundos de pensões.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho de 2009, com as alterações que, entretanto, lhe foram introduzidas, em particular pelo decreto-lei 98/2015.. Aplica-se o nível de normalização contabilística correspondente à norma contabilística e de relato financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-ME), aprovada pelo Aviso n.º 8257/2015, de 29 de julho, com as consequentes adaptações em função das necessidades de relato financeiro da empresa.

Supletivamente, e tendo em vista a superação de lacunas, utilizam-se as NCRF e as Normas Interpretativas, as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC-IFRIC.

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa mantidos de acordo com a NCRF-ME, em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Derrogações

Não foram derogadas quaisquer disposições do SNC, tendo em vista a necessidade de as demonstrações financeiras darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da empresa.

Comparabilidade

Todas as rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados, têm conteúdos comparáveis com as do período anterior.

Periodização económica

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio de periodização económica, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

Juizos de valor e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juizos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juizos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- (i) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis:

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico. A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do mesmo setor.

(ii) Imparidade de ativos não correntes:

A identificação dos indicadores de imparidade e a determinação do valor recuperável dos ativos não correntes implicam um julgamento por parte do órgão de gestão no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores de transações.

(iii) Registo de provisões:

A empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação. A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

(iv) Imparidade dos créditos a receber:

O risco de crédito é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. Os créditos a receber são ajustados pela avaliação efectuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efectivo a incorrer.

3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para uso pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O gasto (ou rendimento) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação ou abate

3.2. Os ativos intangíveis

i) Intangíveis adquiridos

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente. Os ativos intangíveis sem vida útil definida são amortizados no prazo máximo de dez anos.

ii) Intangíveis gerados internamente – dispêndios de pesquisa e desenvolvimento

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

É reconhecido um ativo intangível gerado internamente resultante de dispêndios de desenvolvimento de um projeto apenas se forem cumpridas e demonstradas todas as seguintes condições:

- Existe viabilidade técnica para concluir o intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou para venda;
- Existe intenção de concluir o intangível e de o usar ou vender;
- Existe capacidade para usar ou vender o intangível;
- O intangível é suscetível de gerar benefícios económicos futuros;
- Existe disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para concluir o desenvolvimento do intangível e para o usar ou vender;

- É possível mensurar com fiabilidade os dispêndios associados ao intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido do ativo intangível gerado internamente consiste na soma dos dispêndios incorridos após a data em que são cumpridas as condições atrás descritas. Quando não são cumpridas tais condições, os dispêndios incorridos na fase de desenvolvimento são registados como gastos do período.

Os ativos intangíveis gerados internamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

(iii) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade".

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade", e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.3. Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao menor de entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado no decurso da atividade da empresa deduzido dos custos estimados de acabamento e dos custos estimados necessários para efectuar a venda.

Os produtos acabados e intermédios, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão de obra e gastos gerais de fabrico, ou ao valor de mercado, caso seja inferior.

O método de custeio das saídas é o custo médio ponderado.

3.4. Rêdito

O rêdito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rêdito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rêdito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Os proveitos relativos às vendas de produtos são reconhecidos no momento em que os riscos e vantagens inerentes ao produto são transferidos para o comprador, o que normalmente ocorre no momento da transacção.

O rêdito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rêdito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rêdito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos futuros fluam para a empresa, e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

ML

3.5. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisão é um passivo de tempestividade ou quantia incerta.

As provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado, e seja provável um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos para a liquidação da obrigação, e que possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da empresa, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da empresa, sendo os mesmos objetos de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

3.6. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda de apresentação funcional, utilizando-se as cotações oficiais vigentes na data de reporte. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e aquelas em vigor na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados do período.

3.7. Imposto sobre o rendimento

O gasto relativo a "Imposto sobre o rendimento do período" é, salvo disposição específica, determinado pelo método do imposto a pagar.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado tributável da empresa de acordo com as regras fiscais em vigor. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que, apenas serão dedutíveis ou tributáveis em exercícios futuros ou que nunca serão dedutíveis ou tributáveis. O imposto a pagar inclui todos os impostos baseados em lucros tributáveis, bem como as tributações autónomas devidas em qualquer jurisdição.

3.8. Instrumentos financeiros

Clientes e créditos a receber

As dívidas de "Clientes" e as de "Outros devedores" são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas, para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes e outros devedores de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não serão recebidas. Para tal, a empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

ML 13

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros credores são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Financiamentos obtidos não correntes

Os empréstimos e as dívidas a pagar não correntes são registados no passivo pelo montante do capital em dívida. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, excepto para os valores a pagar de muito curto prazo cujos valores a reconhecer sejam imateriais, e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transacção.

3.9. Benefícios dos empregados

Os benefícios dos empregados incluem apenas os benefícios a curto prazo tais como, salários, ordenados e contribuições para a segurança social, e os benefícios de cessação de emprego.

3.10. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, apenas se forem considerados materiais.

4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2022						
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto						
Saldo inicial	33 818,86	1 230,00	48 627,40	18 278,21	2 748,71	104 703,18
Aquisições			25 000,00	1 915,00		26 915,00
Revalorizações	65 000,00					65 000,00
Alienações						
Saldo final	98 818,86	1 230,00	73 627,40	20 193,21	2 748,71	196 618,18
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas						
Saldo inicial	13 218,96	409,96	29 314,43	15 854,50	2 748,71	61 546,56
Depreciações do exercício	676,38	409,96	32 926,22	585,63		34 598,19
Alienações						
Saldo final	13 895,34	819,92	62 240,65	16 440,13	2 748,71	96 144,75
Ativo líquido	84 923,52	410,08	11 386,75	3 753,08		100 473,43

2023						
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto						
Saldo inicial	98 818,86	1 230,00	73 627,40	20 193,21	2 748,71	196 618,18
Aquisições		7 806,55	69 780,00			77 586,55
Alienações			33 990,00			33 990,00
Saldo final	98 818,86	9 036,55	109 417,40	20 193,21	2 748,71	240 214,73
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas						
Saldo inicial	13 895,34	819,92	62 240,65	16 440,13	2 748,71	96 144,75
Depreciações do exercício	676,38	7 806,55	15 050,68	995,71		24 529,32
Alienações			33 615,00			33 615,00
Saldo final	14 571,72	8 626,47	43 676,33	17 435,84	2 748,71	87 059,07
Ativo líquido	84 247,14	410,08	65 741,07	2 757,37		153 155,66

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3-8
Equipamento de transporte	4-8
Equipamento administrativo	3-8
Outros ativos fixos tangíveis	3-8

Métodos de depreciação:

As depreciações dos ativos foram efetuadas com base no método da linha reta.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, foi nulo.

6. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os valores registados na rubrica "Investimentos financeiros", referem-se a ações da EDP Renováveis e à contribuição do FCT.

7. CRÉDITOS E OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

A 31 de Dezembro de 2023 a entidade não possui créditos e outros ativos não correntes.

8. INVENTÁRIOS

A 31 de Dezembro de 2023 a Euriseguros – Sociedade Mediação de Seguros Lda. não possui Inventários.

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas contabilísticas

A empresa gere o seu capital para assegurar que prossegue as suas operações numa ótica de continuidade. Neste contexto, a empresa analisa periodicamente a sua estrutura de capital (próprio e alheio). Os ativos e os passivos financeiros foram valorizados ao custo ou ao custo amortizado, quando aplicável, menos as perdas por imparidade, não existindo ativos constituídos por instrumentos de capital próprio com cotações divulgadas publicamente, os quais se existissem seriam mensurados ao justo valor, com as alterações do justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados.

Categorias de ativos e passivos financeiros

As categorias de ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são detalhadas conforme se segue:

ATIVOS FINANCEIROS	2023	2022
Clientes	7 201,96	28 747,19
Estado e outros entes públicos	12 933,60	4 705,73
Outras contas a receber:	36 895,30	4 878,06
Outros devedores	36 895,30	4 878,06
Caixa e equivalentes	267 201,08	193 775,62
Total	324 231,94	232 106,60

PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores	5 705,41	2 424,13
Estado e outros entes públicos	21 580,19	22 339,05
Financiamentos obtidos	46 332,33	4 786,46
Outras conta a pagar:	25 782,86	11 501,67
Pessoal		
Outros credores	25 782,86	11 501,67
Total	125 174,62	52 552,98

ML 15

10. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2023		2022	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Pagamentos por conta	12 300,00		3 996,00	
Estimativa de imposto		28 466,84		20 007,55
Retenção na fonte	633,60		623,49	
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares		1 142,00		1 137,80
Outros impostos		212,53		
Contribuições para a Segurança Social		1 758,82		1 193,70
Total	12 933,60	31 580,19	4 619,49	22 339,05

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 as rubricas do ativo corrente e do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2023	2022
Diferimentos ativos		
Correntes:		
Seguros	9 490,95	2 027,37
Rendas		
Outros	100,48	497,27
Total	9 591,43	2 524,64

12. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria de curto prazo, e detalha-se como segue:

	2023	2022
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	267 201,08	193 775,62
Total	267 201,08	193 775,62

Todas as quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

13. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 os movimentos ocorridos no capital próprio foram os seguintes:

	2022	Débito	Crédito	2023
Capital subscrito	5 000,00			5 000,00
Prémios de emissão				
Reservas legais	6 903,25			6 903,25
Outras reservas	20 716,94			20 716,94
Resultados transitados	138 444,44		59 728,96	198 173,40
Outros excedentes	65 000,00			65 000,00
Resultado líquido do período	59 728,96	59 728,96	83 682,64	83 682,64
Total do capital próprio	295 793,59	59 728,96	143 411,60	379 476,23

mls

14. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a empresa apresenta os seguintes financiamentos obtidos:

	2023	2022
Empréstimos bancários	1 950,26	2 187,75
Locações financeiras	44 382,07	2 598,71
Participantes de capital		
Total	46 332,33	4 786,46

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, as Outras Contas a Pagar no valor de 11.492,31€ dizem respeito à especialização do Subsídio de Férias e respetivo gozo de todos os funcionários da Eurisseguros – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda.

15. RÊDITO

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 as quantias dos réditos reconhecidas eram as seguintes:

Quantias dos réditos reconhecidas	Réditos reconhecidos	
	2023	2022
Prestação de serviços	322 510,47	309 592,41
Rendas - Vivacidade	2 400,00	2 400,00
Subsídios	1 474,40	5 897,61
Alienação - Mercedes 56-TR-02	24 625,00	
Sinistro viatura - 59-SX-58	7 645,00	
Outros Rendimentos	0,01	83,44
Juros	114,90	85,27
Total	358 769,78	318 058,73

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" no período findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é detalhada conforme se segue:

	2023	2022
Subcontratos	6 300,00	
Trabalhos especializados	3 498,22	6 223,81
Publicidade e propaganda	2 270,90	6 035,19
Vigilância e segurança	1 433,46	1 172,45
Honorários	9 364,29	6 244,80
Comissões	8 587,90	9 506,19
Conservação e reparação	1 954,41	760,27
Serviços bancários	941,71	633,65
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	2 150,13	1 193,29
Livros e documentação técnica		
Material de escritório	2 272,52	6 003,66
Artigos para oferta	1 370,92	1 329,86
Electricidade	2 323,33	2 429,03
Combustíveis	5 612,31	2 670,98
Água	466,04	464,26
Deslocações e estadas	6 241,35	3 431,17
Rendas e alugueres	15 815,34	11 855,53
Comunicação	7 759,09	8 891,68
Seguros	4 200,84	2 337,89
Contencioso e notariado	92,50	95,68
Despesas de representação	2 713,56	2 709,70
Limpeza, higiene e conforto	1 609,46	1 209,43
Outros Serviços	74,20	413,28
Total	87 052,48	75 611,80

17. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 detalha-se da seguinte forma:

	2023	2022
Remunerações dos órgãos sociais	23 402,30	21 482,47
Remunerações do pessoal	79 415,69	71 557,68
Encargos sobre remunerações	17 811,26	14 151,42
Seguros de acidente trabalho e doenças profissionais	326,90	8 121,59
Outros	2 420,79	3 546,16
Total	123 376,94	118 859,32

18. OUTROS RENDIMENTOS

A composição da rubrica de "Outros rendimentos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é conforme se segue:

	2023	2022
Renda Vivacidade	2 400,00	2 400,00
Outs Rendimentos		83,44
Alienação - Mercedes 56-TR-02	24 625,00	
Sinistro viatura - 59-SX-58	7 645,00	
Correções Períodos anteriores		74,49
Outros rendimentos	114,91	10,78
Total	34 784,91	2 568,71

19. OUTROS GASTOS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 é conforme se segue:

	2023	2022
Impostos	5 874,89	6 898,36
Outros	5 259,04	1 355,85
Total	11 133,93	8 254,21

20. JUROS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são detalhados conforme se segue:

	2023	2022
Juros suportados:		
Financiamentos obtidos	527,63	998,70
Outros gastos de financiamento:		
Financiamentos obtidos		
Total	527,63	998,70

ml

21. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas – IRC à taxa normal de 17% na parte da matéria colectável que não ultrapasse os 50.000 Euros e 21% na parte excedente. O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2023 é detalhado conforme se segue:

	2023	2022
Resultado antes de impostos	112 660,65	80 928,40
Taxa nominal de imposto até 50.000€	18,25%	18,25%
Taxa nominal de imposto sobre o excedente de 25.000€	22,25%	22,25%
Imposto esperado	23 066,99	17 006,57
Correções relativas a períodos de tributação anteriores		770,02
Despesas não documentadas		50,00
Multas, coimas, juros compensatórios	134,16	
Amortizações não aceites		
Excesso da estimativa para impostos		
Benefícios fiscais	2 986,45	
Deprec e amortiz tributadas em períodos de tributação anteriores	2 934,97	
Tributação autónoma	5 399,85	3 000,98
Imposto sobre o rendimento do período	28 466,84	20 007,55
Taxa efectiva de imposto	25,27%	24,72%
Imposto corrente	28 466,84	20 007,55
Imposto sobre o rendimento do período	28 466,84	20 007,55

Outras informações

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa de 2019 a 2023 podem ser sujeitas a revisão.

A Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 3

22. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CâMBIO

Em 31 de dezembro de 2023 a Eurisseguros – Sociedade de Mediação de Seguros, Lda. não tinha diferenças de câmbio a reconhecer

23. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a empresa irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios do Governo associados à aquisição ou produção de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem. Os subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

24. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração e autorizadas para emissão em 31/03/2024. Os acionistas, de acordo com a legislação comercial em vigor, têm o poder de exigir a alteração das demonstrações financeiras caso estas não sejam aprovadas em Assembleia Geral.

Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço e Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Até à data da autorização para a emissão das demonstrações financeiras, não ocorreram factos significativos que não se encontrem refletidos nas Demonstrações Financeiras.

25. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro, informa-se que a Empresa não apresenta dividas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2021, a Empresa não efectuou transações com ações, sendo nulo o número de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2022.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

A Gerência



O Contabilista Certificado



